



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho

FUNDAMENTOS DO SISTEMA CAPITALISTA: uma análise em Mészáros

MILENA DA SILVA SANTOS ¹

RESUMO

O texto tem como objetivo analisar a concepção teórica de István Mészáros sobre os fundamentos do sistema capitalista. A investigação adotou o enfoque materialista-histórico e dialético, de base marxiana, e teve como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Aborda questões referentes à distinção entre capital e capitalismo; a exploração do trabalho; e a dialética entre necessidade e produtividade no sistema capitalista. Considera a real possibilidade de reorientação das práticas produtivas, para se voltarem ao atendimento das reais necessidades sociais. Para tanto, reflete sobre a urgência da retomada dos princípios da teoria socialista marxiana, como a alternativa para a superação do capital.

Palavras-chave: Mészáros. Capital. Capitalismo. Trabalho. Socialismo.

ABSTRACT

The text aims to analyze the theoretical conception of István Mészáros on the foundations of the capitalist system. The investigation adopted the materialist-historical and dialectical approach, based on Marxism, and had the bibliographic research as a methodological procedure. It addresses issues regarding the distinction between capital and capitalism; the exploitation of work; and the dialectic between necessity and productivity in the capitalist system. It considers the real

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Alagoas

possibility of reorienting production practices to meet real social needs. To do so, it reflects on the urgency of retaking the principles of Marxian socialist theory, as an alternative to overcoming capital.

Keywords: Mészáros. Capital. Capitalism. Job. Socialism.

1 INTRODUÇÃO

Há na sociedade capitalista determinações fundamentais que a faz ter qualidades únicas em relação às sociedades anteriores. Essas determinações são identificadas através da análise da realidade social enquanto uma totalidade². Sendo, portanto, necessário considerar as esferas diferentes que a compõem, as relações entre estas esferas e a totalidade que sintetizam.

Nosso exame acerca do sistema do capital considera a totalidade social, identificando a relação entre as esferas econômica, política, social e ideológica. Para tanto, neste texto, tratamos da concepção meszariana³ das determinações estruturais do sistema do capital e seus imperativos reprodutivos, com o objetivo de identificar os fundamentos materiais que originam e constituem a produção de riqueza no sistema capitalista.

2 CAPITAL E CAPITALISMO: fundamentos categoriais

Por meio da consumação da ascensão histórica do sistema capitalista, o capital passou a dominar todas as esferas da vida social. Desse modo, as relações humanas acabam se direcionando para garantir a reprodução e a valorização ampliada do capital. O capital, assim, adquire um poder de controle sobre a base de reprodução material da sociedade, submetendo o trabalho⁴ aos seus desígnios.

²De acordo com Lukács (1967), a totalidade social é composta por complexos de complexos. A totalidade, assim, significa, [...] de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1967, p. 240).

³ Pesquisa realizada através da técnica de leitura imanente do livro *Para além do capital: rumo à uma teoria da transição* (Mészáros, 2011).

⁴ Destaca-se a categoria de trabalho como fundante do ser social. “O que distingue o ser social da natureza está em que, segundo Lukács, o mundo dos homens é portador de uma causalidade posta, ontologicamente distinta da causalidade apenas dada da natureza” (LESSA, 2016, p. 25). Para Lukács, a categoria trabalho é a forma primária do agir humano. O trabalho tem um caráter decisivo na gênese do ser social por ser teleologia objetivada. Foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. “O trabalho, nesse

Para Mészáros (2011), o sistema do capital é caracterizado como um controle sociometabólico⁵. Ao analisar os aspectos fundamentais deste sistema e identificar as determinações essenciais do capital, ele evidencia que capital e capitalismo são categorias fundamentalmente distintas.

O capital é um complexo baseado na divisão hierárquica do trabalho para a produção e reprodução de capital. O capitalismo é uma das formações sociais possíveis reprodução de capital, numa fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Ou seja, o capital é uma relação social que objetiva reproduzir capital, assentado na exploração da força de trabalho, na divisão social do trabalho e na propriedade privada. Já o capitalismo é a sociabilidade constituída em torno do capital. Este sistema é dominado pelo capital, formando um sociometabolismo que envolve os complexos da vida social, nas suas esferas econômica, política, social e ideológica, realizando a exploração e a alienação, voltadas para a acumulação e a expansão contínuas do capital.

De acordo com Mészáros (2011, p. 96), o capital não é uma simples “entidade material”, nem um “mecanismo de mercado” racionalmente controlável; o capital é uma materialidade social que tem uma “forma incontrolável de controle sociometabólico”. Surgiu no curso da história como uma poderosa estrutura “totalizadora” de controle, que a tudo domina e faz com que tudo se ajuste a ele, inclusive os seres humanos. Por esta razão, ergue-se num sistema que forçosamente escapa ao controle humano. Caracterizado por Mészáros (2011, p. 97) como “totalizador irrecusável e irresistível”, o sistema do capital é o mais dinâmico até então desenvolvido.

Nessa concepção, a determinação mais profunda do capital é que ele tem um sistema “orientado para a expansão e movido pela acumulação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100), e, contraditoriamente, esta determinação lhe permite tanto um “dinamismo considerável” quanto uma “deficiência fatídica”. Por um lado, este sistema permite realizar uma forma de exploração da força de trabalho (através do trabalho assalariado) que extrai e

sentido originário e mais restrito, contém um processo entre atividade humana e natureza [...]. As opções teleológicas e as cadeias causais postas em andamento através delas constituem o fundamento estruturador-ontológico” (LUKÁCS, 2018, v. 14, p. 46).

- 5 Mészáros qualifica o sistema do capital como um “[...] controle sociometabólico. [Ele] utiliza a expressão sociometabólico para especificar o conjunto da totalidade do sistema social, ou seja, a forma como este sistema se reproduz, como ele desenvolve os órgãos necessários para poder exercer sua função reprodutiva. O termo metabolismo tem relação com o conceito da relação do homem com a natureza, tendo como mediação o trabalho, para controlar as relações materiais do meio. Utiliza também o termo sócio, ou seja, social, porque não se refere a um metabolismo puramente biológico. Dessa forma, podemos compreender que na reflexão de Mészáros, a analogia feita com o metabolismo biológico se dá no sentido de uma totalidade interativa [...]. Esse termo [vem de] [...] Marx, ao se referir também à relação capital, chamada de ‘corpo orgânico’. É a questão da organicidade, do metabolismo integrado” (SANTOS, 2016, p. 51).

acumula trabalho excedente com maior eficiência, se comparado com outras formas (trabalho escravo e servil). Por outro lado, surge deste sistema um conjunto de contradições que lhe são imanentes, como também, periodicamente, sua dinâmica de produção encontra barreiras que ocasionam crises econômicas.

A denominada “incontrolabilidade do capital” é identificada por Mészáros quando analisa as determinações essenciais do capital e seu poder totalizador. Essa característica própria do capital de não admitir controle sobre seu desenvolvimento aparece como um dos fatores mais importantes a garantir o avanço do capital e sua formação social (MÉSZÁROS, 2011, p. 100). Em razão da sua incontrolabilidade, o capital conseguiu subordinar todas as esferas da vida social ao seu interesse de autoexpansão. A produção do valor de uso (produção para as necessidades humanas) é subordinada ao valor de troca, sendo capaz de gerar necessidades artificiais, que se sobrepõe às reais necessidades humanas apenas para expandir o capital.

A característica fundamental do capital, a de ser incontrolável, foi determinante no seu processo de desenvolvimento. Entretanto, não conseguiu realizar um sistema com a instituição de princípios positivos, de uma sociedade sustentável, voltada para a garantia das respostas às necessidades humanas. Ao contrário, gerou um processo de degradação da humanidade e do meio ambiente. Assim, a força da “incontrolabilidade” do capital coloca implicações problemáticas para o nosso futuro.

As sociabilidades anteriores à capitalista tinham entre suas principais características “um grau elevado de *autossuficiência* na relação entre produção material e seu controle” (MÉSZÁROS, 2011, p. 101). O avanço histórico do capital, na formação do seu sistema sociometabólico, quebra esta autossuficiência “[...] e progressivamente dá lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 101). Isso provoca a difusão universal da alienação e da reificação.

Por sua natureza, o sistema do capital não necessita e não é capaz de autossuficiência. Não existe neste sistema uma autossuficiência entre produção material e controle da produção, porque a produção não se volta às necessidades humanas, mas sim às necessidades de lucratividade e reprodução do capital. Devido a sua “incontrolabilidade”, num impulso à expansão, o capital só pôde se tornar um sistema global superando todos os obstáculos que se põem em seu caminho.

Essa liberação da condição de autossuficiência foi favorável à dinâmica de expansão do capital, pois possibilitou a ampliação da extração do trabalho excedente, devido à superação das restrições subjetivas e objetivas da autossuficiência. Estas restrições são eliminadas de

forma inteiramente reificada, através da ideia de “trabalho livre contratual”. Assim, constrange os próprios trabalhadores a oferecer suas forças de trabalho à exploração, para garantir sua sobrevivência neste sistema. Isto “[...] aparentemente absolve o capital do peso da dominação forçada, já que a ‘escravidão assalariada’ é *internalizada* pelos sujeitos trabalhadores, e não imposta e constantemente reimposta *externamente* a eles [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 102, grifos do autor). A exploração do trabalho assalariado eleva a extração do trabalho excedente e ainda submete o trabalhador a contribuir para a reprodução do capital. Assim, o avanço da produção passa a ser também o interesse do próprio trabalhador para garantir seu salário.

Evidentemente, o capital forma um sistema que se torna o mais eficiente e flexível mecanismo de extração do trabalho excedente. Esta força de extração de trabalho não conhece fronteiras e limites. Ela corresponde à natureza do capital, sintonizando suas determinações internas. O capital, assim, ultrapassa os obstáculos que lhe são impostos no processo de sua autorreprodução, adotando formas de controle adaptáveis às circunstâncias.

De acordo com Mézszáros (2011, p. 99), o sistema do capital é um “modo específico de controle sociometabólico” que se articula e se consolida como “estrutura de comando historicamente singular e adequada” para manter o controle do capital de forma totalizadora. Assim, os indivíduos passam a ter suas vidas direcionadas pela posição que ocupam nos grupos sociais realmente situados na “estrutura hierárquica de comando do capital”. A manutenção deste sistema se dá pela consolidação de um denominador comum: a divisão social hierárquico-estrutural do trabalho. Este é o primeiro sistema social que impõe esta separação radical. A apropriação privada dos meios de produção pelos capitalistas submete os trabalhadores à exploração da sua força de trabalho, no ritmo e sob o controle do sistema sociometabólico do capital.

Segundo Mézszáros, o capital chega a um estágio de desenvolvimento em que a apropriação contínua do trabalho se torna a pressuposição da reprodução continuada do sistema. Ou seja, quando o capital atinge sua forma plenamente desenvolvida, a força de trabalho se torna uma mercadoria. O sistema converte todos os produtos do trabalho social em mercadoria. Como consequência, “[...] com a chegada da produção capitalista, o valor de *uso* é pela primeira vez mediado *genericamente* pelo valor de *troca*” (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 707, grifos do autor).

De acordo com Mézszáros, no sistema do capital existe uma “perversa circularidade”, a qual se faz através da transformação do trabalho em capital, na forma de trabalho

objetivado e alienado, e em como o “capital personificado” enfrenta e domina o trabalhador. Em outras palavras, esta “perversa circularidade” é a relação intrínseca entre trabalho e capital. O capital é resultante do trabalho; o capital (produto do trabalho) domina e enfrenta o trabalhador. Diante disso, o poder do capital “[...] domina o trabalhador e é o poder circularmente transformado do próprio trabalho social, que assume uma forma ‘atrofiada, travestida’ e se afirma na ‘situação *fetichizada* em que o *produto é o proprietário do produtor*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 707, grifos do autor). Para romper o “círculo vicioso” do capital, é necessário enfrentar o fetichismo do sistema em sua forma plenamente desenvolvida. Esta tarefa exige a superação do capital e não apenas do capitalismo.

Ainda sobre as determinações essenciais do capital, Mézáros (2011, p. 708) destaca o processo de *reificação* que, de acordo com a teoria marxiana, desenvolve-se à medida que no sistema do capital as relações sociais entre pessoas na produção se expressam como uma relação entre coisas. Ao comprar capacidade de trabalho, o dinheiro se transforma em capital. Assim, a força de trabalho se converte em mercadoria. Portanto, o capital, como produto desta relação é caracterizado como trabalho alienado e objetivado. Quando esta relação se torna dominante, o capital se torna uma “relação social”. Esta é uma *relação de compulsão*, que tem como objetivo extrair o trabalho excedente pelo prolongamento do tempo de trabalho. No capitalismo, a “subsunção do trabalho ao capital” se realiza, contribuindo para o prolongamento do tempo de trabalho que produz a mais-valia.

O sistema do capital se assenta nesta forma específica de dominação e exploração do trabalho. O teórico explica que, para emancipar o trabalho da subsunção ao capital, é necessário desafiar e superar radicalmente a dominação e a exploração em geral.

A difusão e a dominação universal da estrutura de mercadoria se fazem no processo de quantificação e reificação do trabalho. Sob tais circunstâncias, “o trabalho vivo mercantilizado pode ser utilizado e controlado com grande flexibilidade e dinamismo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 622). A estruturação da exploração do trabalho força o trabalhador a vender e revender sua força de trabalho cotidianamente. Esta estruturação é movida pelo “interesse em assegurar a expansão contínua da mais-valia com base na máxima *exploração* praticável da totalidade do trabalho” (MÉSZÁROS, 2011, p. 622, grifo do autor).

O autor assevera que a tendência do sistema capitalista de produção é criar tanto trabalho quanto possível, como também reduzir o trabalho necessário ao mínimo. Isso provoca a geração de uma população trabalhadora “excedentária”, tornando o trabalho humano relativamente supérfluo. Ressalta ainda que “o valor nada mais é que trabalho

objetivado, e valor excedente (realização do capital) é apenas o excesso daquela parte de trabalho objetivado que é necessário à reprodução da capacidade do trabalho” (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 620). Nesses termos, o capital requer “trabalho necessário” para demandar “trabalho excedente”. Por isso, a tendência do aumento da população trabalhadora e da redução da parte de trabalhadores necessários à produção, tornando-se “reserva” de “trabalho disponível” ao capital.

No sistema do capital, há uma ruptura entre necessidade e produção. De acordo com Mézszáros, este rompimento é caracterizado de forma dupla. O primeiro ponto de ruptura está relacionado à separação radical existente entre os produtores e os instrumentos de trabalho no processo produtivo. Isto impossibilita a produção para o usufruto dos próprios produtores, e também o seu controle.

A segunda ruptura dá-se entre valor de uso e valor de troca. Os produtos resultantes deste processo são transfigurados em mercadorias da produção como valores de troca. A lógica de produção capitalista e de geração de riquezas, e não de atendimento das necessidades, impõe ao sistema do capital uma contradição entre produção e consumo. Nas palavras do autor:

Já que a grande massa das mercadorias produzidas não pode constituir valores de uso para os seus *proprietários* (o número comparativamente insignificante de capitalistas), deve entrar na *relação de troca* do capital – por meio da qual pode funcionar como valor de uso para seus *não proprietários* (isto é, majoritariamente os trabalhadores) – para se realizar como *valor* em benefício da reprodução ampliada do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 624, grifos do autor).

Esta transformação dos valores de uso e valores de troca é uma determinação fundamental para a reprodução do capital. De acordo com Mézszáros (2011), esta determinação vital exige a apropriação do trabalho excedente da sociedade pelo capital. Essa dupla ruptura serve como base material da unidade, sem a qual o capital não pode funcionar. Com relação à primeira (a separação dos produtores dos meios de produção), coíbe os trabalhadores de qualquer influência sobre as funções produtivas específicas, como também sobre o modo pelo qual o processo global de reprodução é determinado e organizado. Já a segunda (a separação entre valor de uso e valor de troca) exige que os trabalhadores se submetam à condição de produtores e consumidores, tornando o trabalhador dependente do capital.

Devido à separação do trabalhador das condições objetivas de exercício e à subjugação de necessidade e valor de uso ao valor de troca reificado, o sistema do capital consegue operar ao longo de sua fase histórica de ascensão com eficácia e dinamismo.

Segundo o teórico, são essas características do processo produtivo do sistema do capital que produzem e reproduzem as contradições existentes e as relações conflitantes entre as classes sociais. De forma que este sistema “[...] não pode deixar de ser a corporificação material e o equilíbrio temporário do antagonismo estrutural irreconciliável entre trabalho e capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 625).

Para desenvolver seu sistema de dominação, o capital teve que dividir o trabalho nos menores elementos utilizáveis na lógica capitalista. Isso equivale à “fragmentação extrema” e à completa “degradação” do trabalho e do trabalhador, pois “o minúsculo fragmento com o qual o trabalhador assalariado está condenado a monotonamente contribuir para o trabalho total da sociedade está completamente subsumido e dominado pela ubíqua estrutura de mercadoria” (MÉSZÁROS, 2011, p. 627).

Ao participar, ao mesmo tempo e contraditoriamente, dos processos da produção e da troca e se submeter a ela, o trabalho mercantilizado auxilia na suspensão da contradição entre produção e troca, ajudando a assegurar a necessária continuidade da produção. Nessa relação:

O trabalhador só pode ter acesso a uma determinada classe e quantidade de valores de uso – correspondendo ela ou não às suas necessidades reais – enquanto o capital, com base na unidade reconstituída de necessidade (troca) e produção (reprodução), os *legítima* como viáveis e lucrativos no interior da estrutura da homogeneização corrente. Por essa via o trabalhador *internaliza* as necessidades e os imperativos do capital como seus próprios, como inseparáveis da relação de troca, e por isso aceita a imposição dos valores de uso *capitalisticamente viáveis* como se emanassem de suas próprias necessidades (MÉSZÁROS, 2011, p. 628, grifos do autor).

Nesse sentido, o aspecto mais importante desse processo é como a divisão e a fragmentação do trabalho priva totalmente o produtor da “supervisão” e do “controle” do processo de trabalho da sociedade e também da sua dimensão distributiva. O produtor é afastado totalmente de qualquer controle sobre a relação entre produção, consumo e circulação. Então, para a consolidação de uma sociedade para além do capital, a questão fundamental é o controle do processo de trabalho pelos produtores associados.

Ao considerar esse fetichismo mistificador e as simultâneas personificações no centro da relação-capital, Mézszáros (2011) identifica que as personificações do capital e do trabalho são inseparáveis da determinação mútua da relação-capital. A relação entre industrial e operário, como capital e trabalho respectivamente, é uma relação puramente econômica. A relação entre capitalista e trabalhador se estabelece como comprador e vendedor, que se encaram na esfera da circulação no mercado.

Portanto, o capital é inerente ao princípio da estruturação conflitante que opera sobre o trabalho. Se na tentativa de implementação do projeto socialista este princípio estruturador não for radicalmente superado, o capital tenderá a reafirmar seu poder, encontrando novas personificações necessárias para manter seu controle sobre o trabalho.

De acordo com Mészáros (2011) as condições necessárias de todas as formas concebíveis da relação-capital desenvolvida são: 1) a separação e a alienação das condições objetivas do processo de trabalho do próprio trabalho; 2) a imposição de tais condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores como um poder separado que exerce comando sobre o trabalho; 3) a personificação do capital como “valor egoísta” – com uma personalidade “usurpada” e uma “pseudopersonalidade” – buscando sua própria autoexpansão, com “vontade própria”; 4) a equivalente personificação do trabalho, confinando a identidade do sujeito deste “trabalho” às suas funções produtivas fragmentárias (MÉSZÁROS, 2011, p. 720-721). Essas condições são

constitutivas do ‘sistema orgânico’ do capital e compatíveis com todos os tipos de transformações parciais sem que isso altere sua substância. O capital pode, portanto, mudar prontamente a forma do seu domínio enquanto estas quatro condições básicas não forem radicalmente superadas pela formação de um sistema orgânico alternativo, genuinamente socialista (MÉSZÁROS, 2011, p. 721).

Portanto, a necessidade de identificação do objetivo principal – a superação do capital e não apenas do capitalismo. Cumpre livrar a humanidade das condições desumanizadoras que colocam os valores de uso subordinados aos valores de troca. Portanto, “não é possível transformar a ordem socio-reprodutiva alternativa proposta em um sistema orgânico sem que haja unidade dialética entre produção e distribuição” (MÉSZÁROS, 2011, p. 722).

O antagonismo estrutural do sistema do capital não admite qualquer mudança substantiva no interior da própria estrutura do sistema. Num processo de transição a um sociometabolismo para além do capital, caso não se modifiquem os constituintes da “totalidade orgânica” do capital, as determinações reprodutivas do “sistema orgânico” do capital ativam seu poder restaurador mais cedo ou mais tarde.

Neste aspecto, Mészáros (2011, p. 726) reafirma a análise de Marx, de que a revolução não pode ser apenas *política*, deve ser *social*. Uma revolução constantemente renovada dos produtores associados, para tornar possível um tipo qualitativamente diferente de totalidade orgânica e irreversível. Eis o significado que Mészáros aponta para a distinção marxiana entre *capital* e *capitalismo*.

Para complementar nosso debate acerca dos fundamentos do sistema capitalista, além da distinção entre capital e capitalismo, faz-se necessário analisar os imperativos reprodutivos do capital, que está relacionado ao modo de produção de riqueza praticado.

3 RIQUEZA DE PRODUÇÃO E PRODUÇÃO DE RIQUEZA: a relação dialética entre necessidade e produtividade e a alternativa socialista ao capital

Nosso teórico ressalta a necessidade de a humanidade ter um enfoque radicalmente diferente em relação às suas genuínas necessidades. Enfatiza, a necessidade e a possibilidade de desenvolvimento de uma prática de reprodução social que não seja subordinada aos “imperativos alienados do capital”, os quais se direcionam para a expansão e a acumulação, sem considerar as consequências problemáticas para as condições da vida humana e seu futuro.

Como vimos, o sistema do capital se consolida por meio da subordinação das necessidades humanas à reprodução ampliada do capital. Nas sociedades anteriores, os seres humanos e suas necessidades aparecem como objetivo da produção. Já no capitalismo, “[...] a *produção aparece como o objetivo da humanidade e a riqueza, como objetivo da produção*” (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 606, grifos do autor). Os objetivos últimos da produção nas sociedades anteriores eram fundamentalmente distintos do sistema do capital.

Nos primeiros, a satisfação das necessidades humano-materiais era o objetivo da produção (*riqueza de produção*); já no sistema sociometabólico do capital, o objetivo da produção é a criação e a acumulação de riqueza (*produção de riqueza*). Isto está relacionado ao que se caracteriza como um dos grandes segredos da dinâmica do capital: a submissão do valor de uso ao valor de troca.

Nas antigas sociedades, a organização e a divisão do trabalho eram também fundamentalmente diferentes. O valor de uso e a necessidade exerciam as funções reguladoras decisivas. A maior parte do que era produzido voltava-se ao autoconsumo dos produtores, e não ao mercado. A exploração do trabalho não se realizava de forma mercantil (força de trabalho enquanto mercadoria).

A fim de controlar o sociometabolismo, a relação-capital torna permanentes as separações artificiais que constituem os “pressupostos necessários” das suas práticas. Para Mézáros, “todo o sistema de necessidades humanas, junto com suas condições de satisfação, é radicalmente alterado no curso das transformações históricas” (2011, p. 608) pelo capital. No capitalismo, o caráter real da riqueza propriamente dita desapareceu do horizonte. Este sistema impôs à humanidade a produção da riqueza como finalidade última da atividade humana. O caráter real da riqueza foi substituído “[...] por uma concepção reificada, associada a estruturas materiais e relações fetichizadas que determinam o sociometabolismo geral em todas as suas dimensões” (MÉSZÁROS, 2011, p. 610).

Dessa forma, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é subvertida. O processo de produção capitalista coloca o produtor em condição de desumanização. Nessa condição, “o ‘ter’ domina o ‘ser’ em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista” (MÉSZÁROS, 2011, p. 611, grifos do autor).

Sendo assim, a relação da reprodução social e do intercâmbio metabólico com a natureza se estabelece também de forma fetichizada. Em relação às condições objetivadas/alienadas da produção capitalista, o ser humano aparece como parte subordinada, como “fator material da produção”.

Segundo o teórico, o sociometabolismo do capital foi capaz de superar a forma de produtividade das sociedades anteriores, pelas suas próprias possibilidades de revolucionamento constante das forças produtivas. A legitimidade histórica deste sistema é o crescimento da riqueza que acompanha seu dinamismo. Porém, devido às contradições próprias do capital, como também à perdulância do seu modo de operação, não pode sustentar de forma indefinida seu desenvolvimento produtivo.

Mézáros questiona: “como tornar novamente o ser humano a finalidade da produção, de acordo com as imensas potencialidades positivas – em alguma medida já existentes, mas destrutivamente encastoadas – das forças de produção?” (MÉSZÁROS, 2011, p. 612). Para ele, será necessária uma redefinição radical da noção de riqueza e de propriedade, em termos de “[...] universalidade das necessidades, capacidades, prazeres, forças produtivas etc. individuais, criadas através do intercâmbio universal [...]” (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 612).

Na sociedade para além do capital, a atividade vital dos indivíduos associados (a forma de trabalho) deve ser em sua inteireza radicalmente reorientada; a atuação humana

deve ser orientada para a *riqueza da produção*, voltada a uma cada vez mais rica autorreprodução dos indivíduos sociais, para atender às próprias necessidades.

Mészáros afirma que, sendo o capital o mais poderoso regulador espontâneo da produção conhecido pela humanidade, sua superação só pode ser realizada por uma ordem de reprodução social materialmente sensata e humanamente gratificante. Assim, a alternativa socialista deve possibilitar a produção conscientemente controlada pelos produtores associados a serviço de suas necessidades. Apenas a “autorrealização” por meio da “riqueza de produção” aparece como finalidade dos indivíduos sociais. “Isto significa a produção e a realização de todas as potencialidades criativas humanas, assim como a reprodução continuada das condições intelectuais e materiais de intercâmbio social” (MÉSZÁROS, 2011, p. 613).

Nesta concepção, as perspectivas da emancipação humana são inseparáveis do avanço da produtividade. Não apenas no aumento da quantidade de bens à disposição da sociedade, mas em considerar qualitativamente o papel das realizações produtivas no curso do desenvolvimento histórico. O que importará à capacidade das forças produtivas será a satisfação das necessidades humano-sociais em aspecto global. As necessidades dos produtores associados determinarão o que deverá ser produzido, como produzir, em que quantidade e com qual qualidade.

Porém, é no estágio mais avançado do sistema do capital, com a produção generalizada de mercadorias, que “o fetichismo da quantificação domina completamente a dimensão qualitativa do processo de produção” (MÉSZÁROS, 2011, p. 614). O sistema de reprodução social do capital é sobrecarregado por uma contradição que transforma suas potencialidades “positivas” em realidades “destrutivas”. Isto se torna mais evidente na contemporaneidade, pois são produzidas cada vez mais mercadorias inúteis que se amontoam no meio ambiente, como também os recursos naturais finitos são explorados sem controle.

A dimensão quantitativa das exigências materiais emancipadoras implica “um grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento [...]” (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 614). Contudo, o aumento da produtividade é articulado à expansão dialética das necessidades, o que faz com que o aspecto qualitativo da expansão produtiva esteja implícito na criação e satisfação das novas necessidades. O impacto do avanço histórico do capitalismo consiste num “retrocesso real” na dialética de necessidade e produtividade. Isso significa que há um rompimento na relação prévia estabelecida, removendo as determinações limitantes da produção “orientada-para-a-

necessidade”, como também a possibilidade de “controlar” as tendências destrutivas que surgem da dominação da qualidade pelos imperativos da expansão quantitativa ilimitada do capital.

Para Mészáros (2011, p. 615), a questão da necessidade, da qualidade e do uso deve ser central na reorientação socialista da produção e distribuição. Esse critério deve se aplicar a todos os aspectos da produção e distribuição, com o objetivo de satisfazer as exigências materiais mais elementares do sociometabolismo.

Esta relação dialética entre necessidade e produtividade gera consequências para o exercício empobrecido, alienado e desumanizado do trabalho, porque provoca uma quantificação redutiva e reificante, na medida em que a quantidade do trabalho se torna mais importante que a qualidade deste. Quanto mais o trabalhador produz, mais precarizada fica sua condição de trabalho e de vida.

As contradições do sistema tornam-se agudas no capitalismo avançado. A exeporação cada vez mais intensa do trabalho é precondição para a “[...] expansão do poder produtivo da sociedade que possibilita [...] a alocação de uma porção cada vez maior da riqueza social para a produção de *desperdício institucionalizado*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 617, grifo do autor).

De acordo com Mészáros (2011), a “relativização dos valores” das coisas (mercadorias) se apresenta também no processo de relativização e da legitimação do supérfluo e do reconhecimento da produção de riqueza material como objetivo da humanidade. Grandes mudanças sociais foram provocadas pelo desenvolvimento das práticas produtivas e distributivas do sistema do capital. Já que não pode haver produção sem algum tipo de consumo, é necessária à expansão da produção capitalista uma distribuição cada vez mais ampla dos bens produzidos. Este processo se acentua com a tendência complementar de produção em massa mediante o avanço da divisão do trabalho e o desenvolvimento da tecnologia dos meios de produção.

Nesse aspecto, o modo paradoxal com que o sistema capitalista avança, aumentando as “necessidades da vida sem quaisquer necessidades”, faz com que a estrutura deste sistema não possa ter critérios objetivos sobre as metas produtivas a serem adotadas e perseguidas. Essa ausência de critérios não é acidental, faz parte do sistema. Supõe-se um crescimento infinito do capital, sem considerar as implicações negativas da questão.

À lógica expansionista da produção capitalista, pouco importa para quais atividades estejam sendo desenvolvidas e quais mercadorias são produzidas. O resultado disso é que

se considera “útil” o que é “vendável”. Assim, a troca universal significa a adoção universal do valor de troca como princípio orientador prático exclusivo da produção material e intelectual, sob os imperativos do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 658).

Ao priorizar a *produção da riqueza* em decorrência da *riqueza de produção*, o capital passou a dominar as relações humanas em todos os sentidos. Diante disso, os antagonismos do sistema se aprofundam e o capital passa a ter dificuldade de manter sua estrutura. (MÉSZÁROS, 2011, p. 89). Mézszáros avalia que “a ascendência histórica do capitalismo em suas linhas gerais está chegando ao fim” (MÉSZÁROS, 2011, p. 91). Isso é evidenciado pelo desenvolvimento da crise estrutural do sistema do capital. Porém, este processo se apresenta de forma muito contraditória e acumula enormes problemas atuais e futuros para toda a humanidade.

Atualmente, se identifica na realidade social a explosão das contradições geradas pelo sistema e a grande desigualdade social entre as classes fundamentais. Parece haver uma nevoa que procura encobrir as causas das contradições que são imanentes a este modo de produção. Parece também difícil para a população em geral, reconhecer a existência de bilhões de miseráveis diante da produção de riqueza exacerbada, à qual não têm acesso; e também por quanto tempo isso vai durar sem dizimar as condições de sobrevivência humana no nosso planeta.

A lógica do capital se assenta num sistema de produção social que está longe de garantir as necessidades reais da humanidade. Observa-se que “o capital invadiu e subjugou todos os cantos de nosso planeta [...]. No entanto, ele se mostrou absolutamente incapaz de resolver os graves problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida cotidiana pelo mundo afora” (MÉSZÁROS, 2011, p. 92).

Perante a enorme crise econômica contemporânea, do processo de degradação ambiental, do acirramento das tensões sociais entre as classes, fica claro que as reais necessidades da humanidade não podem ser satisfeitas por este sociometabolismo. Existe uma condição radicalmente nova, que afeta seriamente as perspectivas futuras de desenvolvimento do sistema. “É hoje particularmente grave o fato de que até mesmo os privilégios dos poucos já não podem mais ser sustentados nas costas dos muitos” (MÉSZÁROS, 2011, p. 93).

É necessário encarar a situação atual na busca não de soluções parciais dentro da estrutura produtiva atual, mas para além dela.

4 CONCLUSÃO

Diante da realidade problemática das condições da vida social hoje existente, devemos admitir que a ameaça da relação-capital não pode mais ser ignorada. É necessária uma reorientação qualitativa nas práticas produtivas que só pode se realizar sem a existência e o controle do capital. Esta reorientação é urgente, porque a destrutividade que a forma de produção de riqueza ocasiona se expande com a insistência da manutenção deste sistema sociometabólico.

Mészáros nos alerta que uma condição visceral é a necessidade de superar a estrutura hierárquica de comando do capital na produção, que possibilite aos próprios trabalhadores/produtores o comando de todo o processo produtivo e, por consequência, os mecanismos de controle do consumo e da circulação da riqueza material socialmente produzida.

Numa sociedade que não tenha o propósito de reproduzir o capital, o grau de necessidade social deverá ser considerado determinante para a realização do trabalho. Isto deve potencializar a liberdade criativa que gere novas necessidades e novas possibilidades, e que favoreça o intercâmbio orgânico do homem com a natureza, para além da produção de riqueza por si mesma como objetivo da vida humana.

É importante a construção da teoria crítica e revolucionária necessária para a realização da alternativa socialista ao capital. Devido à incontrolabilidade do sistema ter se tornado uma ameaça grande demais para ser ignorada, essa alternativa adquire maior relevância, pois apenas com o objetivo de se “ir além do capital” é que se podem enfrentar, com alguma chance, os perigos mais imediatos que ameaçam a sobrevivência humana.

REFERÊNCIAS

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho na ontologia de Lukács. 3. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo?** São Paulo: Senzala, 1967.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. Vol. 14. Trad. Sergio Lessa. Rev. Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo à uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, Milena. **Estado, política social e controle do capital**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.